

Instituto Floresta Tropical - IFT

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Assurance Services Ltda.
Av. Djalma Batista, 1.661 - salas 801/802 Bl. B
69050-010 - Manaus, AM - Brasil
Caixa Postal 3751

Telefone 55 (92) 2123-2350
Fax 55 (92) 2123-2367
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros do
Instituto Floresta Tropical - IFT
Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Floresta Tropical - IFT (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Floresta Tropical -IFT em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Manaus, 29 de setembro de 2014

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC AM-000246/O-5 F-AM

Luciano Medeiros
Contador CRC SP-138148/O-3 T-AM

Instituto Floresta Tropical - IFT

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	4	602.501	218.194	Fornecedores		25.470	43.824
Recursos vinculados a projetos	5	2.584.815	2.174.692	Obrigações sociais e trabalhistas		-	1.469
Adiantamentos concedidos	6	185.951	157.241	Obrigações tributárias		-	1.792
Outras contas a receber		40.924	23.530	Obrigações com recursos de projetos	8	2.791.808	1.945.340
				Outras contas a pagar		1.779	53.243
Total do ativo circulante		3.414.191	2.573.657	Total do passivo circulante		2.819.057	2.045.668
				Patrimônio líquido	9		
Imobilizado	7	108.829	115.268	Patrimônio social		646.039	552.694
Intangível		1.752	2.782	Superávit do exercício		59.676	93.345
Total do ativo não circulante		110.581	118.050	Total do patrimônio líquido		705.715	646.039
Total do ativo		3.524.772	2.691.707	Total do passivo e patrimônio líquido		3.524.772	2.691.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Floresta Tropical - IFT

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	Nota	2013	2012
Receitas de serviços prestados	11	827.229	607.022
Custos com prestação de serviços	12	<u>(491.692)</u>	<u>(280.134)</u>
Superávit bruto		<u>335.537</u>	<u>326.888</u>
Despesas com pessoal	13	(66.838)	(68.685)
Despesas administrativas	14	(193.906)	(156.778)
Despesas tributárias		<u>(39.460)</u>	<u>(19.302)</u>
Superávit antes do resultado financeiro líquido		<u>35.333</u>	<u>82.123</u>
Receitas financeiras		34.405	25.778
Despesas financeiras		<u>(10.062)</u>	<u>(14.556)</u>
Resultado financeiro líquido	15	<u>24.343</u>	<u>11.222</u>
Superávit do exercício		<u><u>59.676</u></u>	<u><u>93.345</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Floresta Tropical - IFT

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	2013	2012
Superávit do exercício	59.676	93.345
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>59.676</u></u>	<u><u>93.345</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Floresta Tropical - IFT

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	326.808	225.886	552.694
Incorporação do superávit acumulado	225.886	(225.886)	-
Superávit do exercício	-	93.345	93.345
Saldos em 31 de dezembro de 2012	552.694	93.345	646.039
Incorporação do superávit acumulado	93.345	(93.345)	-
Superávit do exercício	-	59.676	59.676
Saldos em 31 de dezembro de 2013	646.039	59.676	705.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Floresta Tropical - IFT

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	59.676	93.345
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	28.785	31.075
Resultado na alienação de ativos	66.675	-
	<u>155.136</u>	<u>124.420</u>
(Aumento) redução de ativos		
Recursos vinculados a projetos	(410.123)	(982.662)
Adiantamentos concedidos	(28.710)	(78.779)
Outras contas a receber	(17.394)	(23.530)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(18.354)	(123.814)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.469)	(61.427)
Obrigações tributárias	(1.792)	(34.219)
Obrigações com recursos de projetos	846.468	999.345
Outras contas a pagar	(51.464)	53.241
	<u>317.162</u>	<u>(251.844)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	472.298	(127.424)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(87.991)	(7.487)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(87.991)	(7.487)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	384.307	(134.911)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>218.194</u>	<u>353.105</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>602.501</u></u>	<u><u>218.194</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Floresta Tropical - IFT (“Instituto” ou “Entidade”) é uma associação civil, de direito privado, com fins não econômicos e não lucrativos, criada em 22 de julho de 2002, sediada à rua dos Mundurucus, 1613, bairro de Jurunas, no município de Belém, estado do Pará. O Instituto tem como missão institucional promover a adoção de boas práticas de manejo florestal, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população.

Dentre suas principais atividades destacam-se:

- Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região amazônica;
- Contribuição para a adoção efetiva de usos sustentáveis e qualidade de vida na região amazônica; e
- Promoção de programas educativos e cursos de capacitação com ênfase no desenvolvimento sustentável regional.

O Instituto é regido por um estatuto social aprovado em julho de 2002, que estabelece as diretrizes para seu funcionamento e gestão, e está regulado pelas instâncias representadas pela Assembléia Geral, Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Secretaria Executiva. Os conselhos contam com a participação voluntária e não remunerada de agentes relevantes do setor florestal brasileiro, destacando-se a iniciativa privada, organizações não governamentais (ONG) ambientais e instituições de ensino. Desde 2006, o Instituto é reconhecido oficialmente pelo Ministério da Justiça do Governo Brasileiro como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes principais fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação nacional e internacional de longo prazo, e (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o atingimento dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da sua governabilidade.

Em Dezembro de 2013, o Instituto possuía 05 projetos ativos, sendo 03 (três) destes com finalização programada para 2014. Os outros 02 (dois) projetos, estão com vencimento programado para 2015 e 2017, sendo que já estão em estágio avançado de execução.

Para que estes projetos continuem em vigor, o IFT terá que entrar com contrapartida, sendo esta em recursos financeiros, bens ou serviços.

Para minimizar o risco de descontinuidade, o Conselho diretor contratou um profissional para apontar potenciais financiadores e elaborar propostas. Além disso, a equipe técnica do IFT se comprometeu em elaborar um novo projeto para apresentação ao BNDES.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada em 20 de setembro de 2014 pela secretaria executiva do Instituto.

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Não houve qualquer julgamento crítico relevante referente às políticas contábeis que afete as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado do exercício.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações com recursos de projetos, obrigações sociais, trabalhistas e tributárias.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas de depreciação úteis estimadas para o período corrente e comparativo estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Refere-se aos direitos de uso de softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Entidade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso estas sejam confirmadas e se os impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos puderem ser estimados de maneira confiável.

A Administração do Instituto não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável e, desta forma, não foi necessário estimar provisão ao seu valor recuperável.

f. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

g. Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo “Obrigações com recursos de projetos - Entrada de Recursos”, no passivo circulante. Os respectivos gastos realizados são registrados no mesmo grupo, sob a rubrica “Saída de Recursos”, conta redutora do passivo. Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por doador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre doadores, a movimentação dos recursos não impactam no resultado.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Receita operacional

São alocadas as receitas provenientes de prestação de serviços, tais como: treinamento, palestras, consultorias, à medida que os serviços são prestados e pelos montantes auferidos.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

k. Isenções fiscais

Por ser uma OSCIP e entidade sem fins lucrativos, o Instituto está isento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. Uma entidade sem fins lucrativos é a que não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10 e 18, IV):

- (a) Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes que compõem os conselhos superiores pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, declaração de informações (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- (f) Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; e
- (g) Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, artigo 12 § 2º e artigo 15 § 2º).

1. Determinação do valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação e quando aplicados são divulgados em nota explicativa específica.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	5.916	1.501
Bancos (a)	126.715	4.844
Aplicações financeiras (b)	469.870	211.849
	602.501	218.194

- (a) Normalmente os recursos próprios são mantidos em contas de aplicação financeira até a sua efetiva utilização.
 O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2013, corresponde basicamente ao recebimento de recurso em período de férias coletivas dos colaboradores do Instituto.
- (b) Os recursos aplicados são mantidos para cumprimento das obrigações quando não aplicados nos projetos.
 O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2013, corresponde basicamente a prestação de serviços de consultoria, conforme detalhado na nota explicativa 12.

5 Recursos vinculados a projetos

	2013	2012
Caixa	10.896	4.216
Bancos	128.557	84.572
Aplicações financeiras (a)	2.445.362	2.085.904
	2.584.815	2.174.692

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais.

Instituição Financeira	Nome do Fundo	2013	2012
Banco HSBC	CDB	2.445.362	1.645.860
Banco Santander	Fundos	-	440.044
		2.445.362	2.085.904

Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 80% e 90% do rendimento dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de recursos vinculados a projetos, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na poupança e CDB com resgate de curto prazo, quando permitido contratualmente pelos financiadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

6 Adiantamentos concedidos

	2013	2012
Adiantamento a fornecedores	16.534	40.968
Adiantamento a funcionários (a)	151.236	95.872
Adiantamento de viagens	10.579	13.631
Adiantamentos a projetos	-	5.778
Outros adiantamentos	7.602	992
	<u>185.951</u>	<u>157.241</u>

- (a) Refere-se adiantamento de férias, o qual o Instituto efetuou o adiantamento em dezembro de 2013, relativos as férias a vencer em janeiro de 2014.

7 Imobilizado

	Taxa de depreciação a.a.	Saldos em 01/01/2013	Adições	Baixa	Depreciação	Saldos em 31/12/2013
Bens próprios						
Equipamentos de informática	20%	6.882	-	-	(3.410)	3.472
Aparelhos e equipamentos	10%	8.701	-	-	(1.140)	7.562
Máquinas e equipamentos	10%	1.874	-	-	(424)	1.450
Móveis e utensílios	10%	8.018	-	-	(939)	7.078
Veículos	20%	89.793	87.991	(66.675)	(21.842)	89.267
		<u>115.268</u>	<u>87.991</u>	<u>(66.675)</u>	<u>(27.755)</u>	<u>108.829</u>

O valor de adição ocorrida em 2013, refere-se a aquisição do veículo modelo Amarok CD 4x4 ano 2013/2013 para reposição do veículo que foi objeto de sinistro, onde a seguradora realizou o reembolso integral do valor.

	Taxa de depreciação a.a.	Saldos em 01/01/2013	Adições	Baixa	Depreciação	Saldos em 31/12/2013
Bens com restrição de uso						
Benfeitorias em imóveis	10%	35.685	-	-	(13.258)	22.427
Equipamentos de informática	20%	76.846	2.970	-	(21.764)	58.052
Aparelhos e equipamentos	10%	56.709	16.575	-	(9.189)	64.095
Máquinas e equipamentos	10%	1.143.659	-	-	(147.383)	996.276
Móveis e utensílios	10%	36.369	9.031	-	(6.040)	39.360
Veículos	20%	23.035	-	-	(16.870)	6.165
		<u>1.372.303</u>	<u>28.575</u>	<u>-</u>	<u>(214.504)</u>	<u>1.186.375</u>

O grupo de bens com restrições de uso possui característica de compensação, são apresentados apenas para controle de imobilizações realizadas nos projetos.

8 Obrigações com recursos de projetos

Referem-se aos recursos recebidos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos:

	2013	2012
Recurso de projetos	36.907.080	29.850.586
Receitas financeiras	576.000	435.368
Receitas diversas	91.093	1.423
Doações	99.724	49.724
Recursos	<u>37.673.897</u>	<u>30.337.101</u>
Consultorias	(760.300)	(128.544)
Operacionais	(2.501.710)	(1.787.361)
Viagens	(1.138.537)	(696.465)
Publicidade	(408.503)	(250.281)
Manutenção	(11.416.491)	(10.248.169)
Salários e benefícios	(5.210.072)	(3.383.446)
Custos	<u>(21.435.613)</u>	<u>(16.494.266)</u>
Salários	(5.604.791)	(4.886.785)
Consultorias	(946.045)	(666.762)
Manutenção	(206.697)	(189.754)
Ocupação	(560.607)	(439.195)
Utilidades e serviços	(223.085)	(106.257)
Seguros	(74.276)	(74.276)
Fretes	(27.854)	(41.453)
Administrativas	(3.369.888)	(3.190.301)
Impostos e taxas	(100.570)	(88.902)
Financeiras	(320.328)	(236.414)
Imobilizado	(2.012.335)	(1.977.396)
Despesas	<u>(13.446.476)</u>	<u>(11.897.495)</u>
Saldo final	<u><u>2.791.808</u></u>	<u><u>1.945.340</u></u>

Em virtude da vinculação da vida útil econômica dos “bens com restrição de uso”, concluiu-se não reconhecer despesa de depreciação desses bens no resultado do Instituto. Portanto, os custos de depreciação destes bens são registrados em conta redutora da conta “obrigações com recursos de projetos”.

9 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é composto pela incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelos conselhos fiscal e diretor.

b. Superávit acumulado

Refere-se basicamente ao superávit do ano corrente. Após aprovação pelos conselhos fiscal e diretor, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto no estatuto.

10 Processos judiciais e contingências

O Instituto não é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Desta forma, a administração não julgou necessária a constituição de provisão para perdas em processos judiciais.

11 Receitas de serviços prestados

	2013	2012
Receita de serviços	773.480	510.975
Taxas administrativas	53.749	96.047
	827.229	607.022

A receita oriunda da prestação de serviços advém principalmente de cursos e consultorias. Em 2013, foram realizadas consultorias para a Norte Energia, referente a diagnóstico econômico ambiental de Altamira no valor de R\$ 245 mil.

As taxas administrativas são auferidas sobre os recursos obtidos de terceiros, conforme percentual acordado e previsto em contrato - também conhecido como *overhead*. Estes recursos são originados pela administração de pequenos projetos.

12 Custos com prestação de serviços

	2013	2012
Salários e benefícios (a)	281.138	63.392
Consultorias	16.071	15.716
Operacional	12.142	57.651
Despesas com viagens	181.586	130.796
Publicações e eventos	-	83
Manutenção	755	12.497
	491.692	280.134

- (a) Os custos com folha de pagamento são incorporados nos projetos, quando elaborado o orçamento para aprovação dos investidores, não impactando as contas de resultado do instituto. Quando há eventos não programados no orçamento dos projetos, o Instituto realiza o pagamento com recursos próprios registrando os referidos gastos em conta de resultado.

13 Despesa com pessoal

	2013	2012
13º salário	1.142	6.887
Assistência médica	15.975	10.859
Aviso prévio/indenizações	26.097	9.178
Capacitação	861	1.438
Consultoria	2.748	-
Exames e medicamentos	150	135
FGTS	4.702	139
INSS	5.589	3.602
Multa rescisória	2.918	12.018
PIS	47	142
Remuneração de estágio	-	220
Salários	2.075	7.276
Seguro de vida	286	323
Vale alimentação	-	5.484
Vale transporte	1.103	1.295
Férias	3.144	9.689
	<u>66.838</u>	<u>68.685</u>

14 Despesas administrativas

	2013	2012
Consultorias e serviços (a)	61.730	25.861
Manutenção	152	271
Utilidades e serviços	701	2.728
Frete	288	126
Administrativas	131.035	127.792
	<u>193.906</u>	<u>156.778</u>

15 Receitas e despesas financeiras

	2013	2012
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	33.927	25.364
Descontos obtidos	478	414
	<u>34.405</u>	<u>25.778</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1.782)	(1.751)
IOF	(358)	(680)
IRRF sobre aplicação	(5.604)	(6.648)
Juros e multas pagos	(14)	(450)
Descontos concedidos	(2.304)	(5.027)
	<u>(10.062)</u>	<u>(14.556)</u>
	<u>24.343</u>	<u>11.222</u>

16 Instrumentos financeiros

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos	4	602.501	218.194
Recursos vinculados a projetos			
Fundo fixo	5	10.896	4.216
Bancos	5	128.557	84.572
Aplicações financeiras	5	2.445.362	2.085.904
Outras obrigações			
Obrigações com recursos de projetos	9	2.791.808	1.945.340

Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros não ultrapassam o prazo de seis meses.

Análise de sensibilidade

O Instituto não possui empréstimos, financiamentos e contas a pagar em valor relevante e, portanto, considera não existir instrumentos financeiros que possam fornecer riscos relevantes de cobertura. Também não possui obrigações ou créditos em moeda estrangeira.

A administração não considerou como passíveis de risco as taxas de juros, entendendo que as mesmas não têm tendência em apresentar oscilações relevantes.

17 Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2013, não houve eventos relevantes que pudessem causar impacto relevante na posição patrimonial e financeira do Instituto naquela data.